



## **PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO FINAL**

### **I – RELATÓRIO**

Indicação nº 57/2023 apresentada pelo **Vereador** Jorge Marvila, sob o protocolo 858/2023, que pretende a **“Indico ao chefe do poder Executivo Municipal de reajuste do auxílio alimentação dos servidores que atuam na prefeitura.”**.

Indicação nº 58/2023 apresentada pelo **Vereador** Jorge Marvila, sob o protocolo 867/2023, que pretende a **“Indico ao prefeito que seja realizado o asfaltamento na rua projetada s/n Jacarandá.”**.

Indicação nº 59/2023 apresentada pelo **Vereador** Jorge Marvila, sob o protocolo 868/2023, que pretende a **“Indico ao prefeito que seja realizado o asfaltamento na rua projetada s/n Jacarandá. (Rua em anexo)”**.

Indicação nº 60/2023 apresentada pelo **Vereador** Jorge Marvila, sob o protocolo 869/2023, que pretende a **“Indico ao prefeito que seja realizado o asfaltamento na rua projetada s/n Jacarandá. (Rua no anexo)”**.

Vieram aos autos para análise e parecer da comissão.

É relatório.

### **II – PARECER DOS RELATORES**

Conforme a melhor técnica legislativa pautada pelo Senado Federal, cuja inteligência é congruente aos mandamentos técnicos do Regim dessa Casa, em especial aos seus artigos 150 a 152 e 199, Parágrafo único, Indicação é o instrumento legislativo aprovado em Plenário cuja finalidade é a de sugerir que outro órgão tome as providências que lhe sejam próprias<sup>1</sup>.

Desse modo, os textos emanados pelas Indicações alhures, *lato sensu*, amparam-se no inciso XII do art. 150 do Regim, e, preliminarmente, não afrontam os incisos do art. 152 do mesmo dispositivo legal.

*Pari passu*, as peças estão subscritas, cada uma, por (um) vereador, haja vista tratem-se de documentos dirigidos à esfera municipal, em atendimento ao Parágrafo único do art. 199 do Regim.

<sup>1</sup> MACHADO, Luis Fernando Pires. Modelos de Indicações. Interlegis. Senado Federal. DOU de 10 de dezembro de 2008. Brasília-DF.





Com as informações aduzidas, devolvam-me os presentes autos para regular tramitações legislativas, reiterando que as indicações, haja vista disposto no art. 217 caput, do Regim, necessitam ser aprovadas, em Plenário, haja vista votos, presentes, no mínimo, a maioria absoluta dos vereadores.

É o parecer do vereador **ANDERSON DE SOUZA LAURINDO**, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação Final.

## II – VOTO DA COMISSÃO

O Vereador **Jorge Marvilla Fernandes**, membro da Comissão de Constituição e Justiça, acompanha o voto do Relator e vota pela regular tramitação legislativa da matéria.

O vereador **Silas Ferreira da Silva**, vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, acompanha o voto do Relator e vota pela regular tramitação legislativa da matéria.

## II – DECISÃO

A Comissão de Justiça, Serviço Público e Redação Final, por unanimidade dos presentes, opinam pela constitucionalidade e pelo normal prosseguimento legislativo, devendo ir a Plenário para discussão e votação. *h*

**Anderson de Souza Laurindo**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação Final.

**Silas Ferreira da Silva**

Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação Final.

**Jorge Marvilla Fernandes**

Membro da Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação Final.

